

Danilo César Mendonça Tavares

Tema:

O Futuro do Ensino Superior Público em Cabo Verde
“Prioridades de Custo e Financiamento”

GESTÃO E PLANEAMENTO DA EDUCAÇÃO

Instituto Superior de Educação, Junho de 2006

Danilo César Mendonça Tavares

**O Futuro do Ensino Superior Público em Cabo Verde
“Prioridades de Custo e Financiamento”**

Trabalho Científico apresentado à Instituto Superior de Educação (ISE), como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura do curso de Gestão e Planeamento da Educação orientado pelo professor Benvindo Rodrigues.

Danilo César Mendonça Tavares

**O Futuro do Ensino Superior Público em Cabo Verde
“Prioridades de Custo e Financiamento”**

**Trabalho Científico elaborada no âmbito da Licenciatura em Gestão e Planeamento da
Educação destinado a Instituto Superior de Educação**

Aprovado em _____ de _____ de 2006

BANCA EXAMINADORA

1. _____
2. _____
3. _____

Praia, Junho de 2006

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela vida que me deu;

Ao meu orientador professor Benvindo Rodrigues pela força, motivação e pelo bom desempenho demonstrado ao longo desse trabalho;

Aos meus professores pelo desempenho, dedicação demonstrado ao longo do curso;

Aos meus familiares, meus pais e todos meus amigos e aqueles que de uma forma ou outra contribuíram para que esse trabalho realizasse.

Epígrafe

“As forças – motoras das instituições de Ensino Superior devem ser a excelência e a qualidade, no que diz respeito às actividades de ensino e de investigação e desenvolvimento.”

Margarida Fragoso (2005)

INDICE

Agradecimentos

Epigrafe

Lista dos Quadros e Gráficos

Lista de Siglas e Abreviaturas

Introdução _____ 10

Capítulo I – Diagnóstico da Situação _____ 12

1. A Importância do Ensino Superior _____ 12

2. O Ensino Superior Público em Cabo Verde _____ 13

2.1 ISE (Instituto Superior de Educação) _____ 15

2.2 ISECMAR (Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar) _____ 17

2.3 CFA/INIDA (Centro de Formação Agrária do Instituto Nacional de Investigação e
Desenvolvimento Agrário) _____ 21

2.4 ISCEE (Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais). _____ 25

2.5 INAG (Instituto Nacional de Administração e Gestão). _____ 27

2.6 O Financiamento das IES público em Cabo Verde. _____ 31

3 Quadro Jurídico – Regulamentar do Ensino Superior. _____ 32

3.1 Metas a Alcançar. _____ 33

3.2 Que estratégias de Curto Médio Prazo (2006 – 2011). _____ 35

4 Análise SWOT da Situação. _____ 36

4.1 Forças.	37
4.2 Fraquezas.	37
4.3 Oportunidades.	39
4.4 Ameaças.	40
Capítulo II – A Procura Futura do Ensino Superior “Cenário de Base e Cenário Optimista”.	41
Capítulo III – Os Grandes Desafios.	45
Capítulo IV – Que Estratégias.	48
Capítulo V – Conclusões e Recomendações.	50
Bibliografia.	53
Anexos.	54
Anexo I – Informações sobre as IES públicos em Cabo Verde.	55
Anexo II – Orçamento do Ensino Superior Público do ano lectivo 2000/01 a 03/04.	57
Anexo III. Percentagem do Ensino Superior Público em relação ao orçamento da Educação.	58
Anexo IV. Eixos de intervenção	59
Anexo V. Pessoas e Instituições Contactadas	61

Lista dos Quadros e Gráficos

Quadros e Gráficos	Conteúdo	Páginas
I	Evolução dos alunos no Ensino Superior público em Cabo Verde de 1996/97 a 2005/06).	14
II	Instalação e Equipamentos do ISE	16
III	Instalações e equipamentos do ISECMAR	19
IV	Projectos do ISECMAR para o ano 2006	19
V	Número de alunos matriculados em 2004/05 por ano de estudos e sexo, segundo cursos	23
VI	Instalações e equipamentos do ISCEE	26
VII	Cursos do CENFA para pessoal da Administração Pública dos 5 Países Africanos de Língua Portuguesa, entre 1978 e 1999 e, a título de exemplo, cursos de 1998.	28
VIII	Instalações e equipamentos do INAG	30
IX	Orçamento do INAG para 2003	30
X	As principais leis e regulamentos sobre o Ensino Superior Público em Cabo Verde:	32
XI	Quadro do Cenário de Base e Cenário Optimista e o gráfico da comparação da demanda Cenário de Base e Optimista período 2004-2005.	42
XII	Cenário de Base	43
XIII	Quadro do Cenário Optimista e o gráfico da comparação real Cenário de Base e Optimista período 2004-2005.	44

Siglas e Abreviaturas

\$00	Escudos de Cabo Verde
BA	Bacharel
CFA	Centro de Formação Agrária
CFN	Centro de Formação Náutica
CI	Comissão Instaladora
CIES	Comissão Instaladora do Ensino Superior
CENFA	Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo
DGESC	Direcção Geral de Ensino Superior e Ciência
EFPES	Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário
ETI	Em Tempo Integral
ETP	Em Tempo Parcial
ISA	Instituto Superior de Agronomia – Portugal
IES	Instituições de Ensino Superior
ISE	Instituto Superior de Educação
ISECMAR	Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar
ISCEE	Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais
INIDA/CFA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
INAG	Instituto Nacional de Administração e Gestão
LIC	Licenciatura
SWOT/FOFA	Strength (Força), Weakness (Fraqueza), Opportunity (Oportunidade), and Threat (Ameaça).
Uni-CV	Universidade de Cabo Verde

Introdução

As razões da escolha do tema “*O Futuro do Ensino Superior Público em Cabo Verde (Prioridades de Custo e Financiamento)*”, pretende-se com: a vontade de aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de Gestão e Planeamento da Educação, a vontade de dar um contributo que se julga necessário na identificação das prioridades do país em matéria do Ensino Superior, que contribua para uma eventual necessidade do país em termos de pessoas com maiores competências, de conhecimentos mais sólidos e abrangentes, dispostos a aceitar a mobilidade profissional, para enfrentar a sociedade do futuro de forma eficaz e criativa.

O presente trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos:



Diagnóstico da Situação;



A Procura Futura do Ensino Superior;



Os Grandes Desafios do Ensino Superior;



Que Estratégias;



Conclusões e Recomendações.

No primeiro capítulo aborda-se informações de vários caracteres como a importância do Ensino Superior para o desenvolvimento de um país, o historial do Ensino Superior público em Cabo Verde e a sua evolução, informações sobre as IES Público existentes em Cabo Verde, o financiamento das IES público de Cabo Verde. Também são destacadas informações sobre o quadro jurídico e regulamentar do Ensino Superior, metas que o país tem a alcançar, que estratégias de curto médio prazo (2006-2011) que o país traçou e é feita uma análise SWOT do Ensino Superior em Cabo Verde.

O segundo capítulo retrata a procura futura do Ensino Superior em Cabo Verde com a elaboração de dois cenários. O cenário de base que parte do pressuposto que o futuro terá a mesma tendência de hoje, e o cenário optimista que pressupõe que aumentará a procura para o Ensino Superior no futuro.

No terceiro capítulo destaca-se os grandes desafios do país no que diz respeito ao Ensino Superior, no quarto capítulo as estratégias do actual governo para o Ensino Superior, e no quinto capítulo as conclusões e recomendações.

Este trabalho destina-se ao Instituto Superior de Educação para complemento do Plano curricular do curso de Licenciatura em Gestão e Planeamento da Educação iniciado no ano lectivo 2002/2003.

Capítulo I – Diagnóstico da Situação

1- A importância do Ensino Superior

Devido a sua importância o Ensino Superior costuma surgir na maior parte dos países como fruto do desenvolvimento, mas o mal é que muitas vezes se torna sempre dependente desse desenvolvimento. É necessário que o Ensino Superior se transforme no motor de desenvolvimento, através das competências e aptidões que dá aos cidadãos, que os tornam capazes de adaptarem-se às mudanças e enfrentar o futuro de forma eficaz com criatividade e competitividade.

O desenvolvimento socio-económico de um país passa pela capacidade de investigar, criar e gerir conhecimentos e o Ensino Superior, por ser um nível de ensino em que se adquire conhecimentos e capacidades de investigação, é um indicador de referência sobre o nível de desenvolvimento de uma sociedade, cabendo-lhe um lugar importante no desenvolvimento e na dinamização desta mesma sociedade.

O Ensino Superior através da evolução científica e tecnológica, contribui para o desenvolvimento de qualquer país através das respostas que encontra para resolver os problemas provenientes das transformações no domínio da energia, das telecomunicações, das tecnologias e sistemas de informação, da biofísica e, em particular, da globalização da economia operadas actualmente no mundo. Para o efeito, é necessário preparar pessoas, desenvolvendo nelas competências, aptidões e atitudes para se adaptarem as mudanças do mundo e enfrentarem o mercado de trabalho que é hoje em dia cada vez mais competitivo.

O Ensino Superior é fundamental em vários domínios, como a produtividade, iniciativa empresarial, crescimento e inserção na economia do conhecimento, mobilidade social, participação política, reforço e democratização da sociedade civil, espaço de liberdade, formação de competências para todos os níveis do sistema educativo e produção de líderes para antever e enfrentar os desafios actuais e futuros, multiplicador de talentos e de escolhas, viveiros de cientistas e profissionais qualificados para criar, absorver e disseminar o conhecimento e a tecnologia.

De uma forma resumida podemos dizer que o Ensino Superior é muito importante porque abrange vários factores e sectores para o desenvolvimento de um país como:

- 🇨🇻 O desenvolvimento socioeconómico, pelo seu papel na criação de uma massa crítica nacional e na formação de quadros necessários aos diferentes sectores de actividade;

- 🇨🇻 Afirmção e consolidação da identidade nacional e cultural;

- 🇨🇻 Reforço da presença do país na cena internacional;

- 🇨🇻 Instrumento que poderá favorecer uma emigração qualificada;

- 🇨🇻 Motor de desenvolvimento do sistema educativo no seu todo;

- 🇨🇻 Criação de uma capacidade endógena para o desenvolvimento da investigação científica.

2. – O Ensino Superior Público em Cabo Verde

A entrada de Cabo Verde no concerto das Nações, em 1975, aquando da independência, trouxe, naturalmente, um leque de preocupações relativas a qualificação dos seus recursos humanos para o desenvolvimento do país. Tendo em conta a situação gritante de falta, tanto em número como em qualidade, de quadros técnicos e profissionais, para conceber, executar e avaliar políticas públicas em vários domínios da vida económica, social, política e cultural da nação. A ausência total de uma única instituição de formação superior no país em 1975, levou com que o Governo de então recorresse a ajuda dos parceiros de desenvolvimento, para a formação de milhares de quadros de nível superior (1,1%) e médio (1975-2005) em países como Portugal, Estados Unidos da América, França, ex-URSS, Cuba, Brasil, Alemanha, etc., os quais vem dando um contributo valioso para o crescimento económico e desenvolvimento social de Cabo Verde, transferindo tecnologias e competências as gerações mais novas.

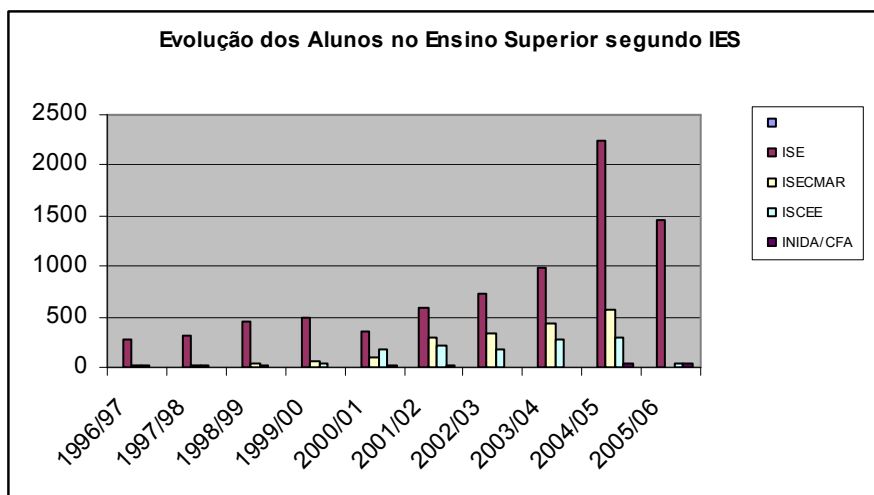
De forma a diminuir a dependência do país em termos de formação no exterior dos seus quadros, paulatinamente, foram dado passos, no sentido da criação e operacionalização de algumas instituições de formação superior tais como o ISE, o ISECMAR, o CFA do INIDA, e o ISCEE, cujas datas de criação, cursos ministrados, localização, perfis do corpo docente e número de alunos são mais adiante discriminados, e o INAG que se encontra em fase de instalação.

Quadro 1: Evolução dos alunos no Ensino Superior público em Cabo Verde de 1996/97 a 2005/06).

Instituições	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
ISE	270	313	451	497	357	585	719	989	2249	1460
ISECMAR	24	29	36	57	98	290	330	425	577	615
ISCEE	27	21	25	32	184	218	177	269	299	428
INIDA/CFA	0	0	0	0	22	22	0	0	49	49

Fonte: GEP/MEES

Gráfico 1: Evolução dos alunos no Ensino Superior público em Cabo Verde de 1996/97 a 2005/06).



Fonte: GEP

Do quadro e o gráfico que reflecte a evolução do Ensino Superior em Cabo Verde nota-se que durante esse período que a evolução é satisfatória demonstrando alguma confiança por parte dos candidatos em prosseguirem os seus estudos em Cabo Verde, passando de 321 alunos em 1996/97 para 2552 em 2005/06.

2.1. Instituto Superior de Educação (ISE)

O *Instituto Superior de Educação (ISE)*, criado em 1995 pelo Decreto-Lei n.º 54 / 95, de 2 de Outubro com a sua sede na cidade da Praia, ilha de Santiago e um pólo no Mindelo, ilha de São Vicente. Antes de 1995, o ISE era conhecida como *Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário (EFPES)*, que surgiu com a reforma curricular de 1989, e o Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário, instituído em 1979, através do Decreto-lei n.º 70 / 79, de 28 de Julho.

O ISE de acordo com o estatuto, é uma IES no domínio da Educação, orientada para o ensino, a investigação, a prestação de serviços à comunidade e a promoção de intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras. As suas novas instalações na cidade da Praia (Palmarejo) oferecem possibilidades de desenvolvimento do ensino à distância e de novos cursos para o sector educativo que se necessita.

Em conformidade com os Estatutos, a estrutura orgânica do ISE integra os órgãos de Gestão (Conselho Directivo, Presidente e Concelho Científico), 6 Departamentos (línguas Estrangeiras, Línguas Cabo-Verdiana e Portuguesa, Ciências da Educação, História e Filosofia, Geociências e Ciências e Tecnologia) e os Serviços Administrativos.

Corpo docente e discente

O ISE tem um total de 148 docentes, dos quais 19 do quadro, 13 em regime de destacamento, 38 em tempo inteiro (ETI) e 78 em tempo parcial (ETP). Dos 78 em ETP, 9 são Doutores, 30 Mestres, e 31 Licenciados. O ISE tem 1460 alunos matriculados em 2005/2006, divididos em 3 cursos de Bacharelato e 18 de Licenciatura.

Instalações e Equipamentos do ISE

O ISE possui um meio de transporte próprio para as suas necessidades e para o futuro próximo pretende arranjar mais.

Quadro 2: Instalação e Equipamentos do ISE

Departamentos	<i>Número</i>
Salas para reuniões departamentais	10
Gabinetes para atendimento	20
Área Administrativa	
Gabinete Presidente + Sala de reuniões do Conselho Directivo	1
Gabinete Director Administrativo	1
Secretaria	1
Gabinete Chefe de Secretaria	1
Salas de Aula	
Salas de Aula (normais)	29
Sala c/ 20 computadores	1
Laboratórios	
Laboratório de Português	1
Laboratório de Francês	1
Laboratório de Inglês	1
Laboratório de Física	1
Laboratório de Química	1
Laboratório de Matemática	1
Laboratório de Geologia	1
Laboratório de Geografia	1
Laboratório de Biologia	1
Centros	
C. Tecnológico	1
C. Documentação e Reprografia	1
C. De Investigação	1
C. De Língua	1
Apoio ao serviço	
Salas de Assistência Técnica aos Laboratórios	2
Biblioteca para 100 pessoas	1
Anfiteatro para 120 pessoas	1
Pavilhão Desportivo (Início de construção previsto para Outubro de 2003)	1
Diversos	
Cozinha/Refeitório	1
Instalações Sanitárias	13
Arrumos	3
Arrumos no refeitório	1
Área afecta ao Pavilhão	1
Sala de Professores	1

Fonte: ISE

Comunicação

O ISE no presente momento encontra com acesso à INTERNET e ao correio electrónico, que permite tanto aos professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos ter acesso.

Inscrição, Custo e Propinas dos alunos no ISE

A inscrição no ISE é feita no início do ano lectivo mediante a selecção dos alunos que irão frequentar os diversos cursos fornecidos pela instituição, e é de 500\$00 cabo-verdianos, com a 1ª prestação incluído que faz um total de 5500\$00. A propina é de 50.000\$00/ano (5.000×10 meses), o equivalente a 39 % do custo de serviço, isto porque cada aluno tem um custo anual de cerca de 128.000\$00 cabo-verdianos, sem contar os investimentos. O custo médio de uma licenciatura é de aproximadamente 570.000\$00, equivalente a 5 180 dólares americanos.

Isto quer dizer que para se concluir um curso de licenciatura de 5 anos no ISE, um aluno, tem um custo total de cerca de 640.000\$00, dos quais 39 % co-financiados pelo aluno e o restante pelo estado.

2.2. Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR)

Deste a sua criação em 1983, o Centro de Formação Náutica (CFN) foi-se afirmando como um estabelecimento de Ensino Superior, com capacidade para formação do pessoal do mar de acordo com os requisitos e as normas internacionalmente exigidas.

Dos resultados alcançados pelo CFN, destaca-se a formação de pessoal da Marinha Mercante, nomeadamente Oficiais de Pilotagem, de Máquinas e de Radiotecnica, segundo os níveis estabelecidos pela Convenção Internacional das Normas de Formação e Certificação de Marítimos (STCW 1978).

Contudo a lei orgânica, então aplicável, aprovada pelo decreto-lei n.º 106 de 24/10/87, tornou-se desactualizada face às novas realidades do CFN, tanto no que se refere à moderna filosofia do ensino que se pretende ministrar (Ensino Superior Politécnico), como no que diz respeito ao seu funcionamento administrativo, especialmente no relativo ao pessoal.

Antes os planos do Governo para o desenvolvimento do Ensino Superior em Cabo Verde, entendeu-se que o CFN tinha um papel importante a desempenhar, daí que, numa perspectiva de optimização, se optou por transformar o CFN num Instituto Superior Politécnico, ministrando uma vasta gama de cursos, de modo a potenciar o aproveitamento dos investimentos já feitos em recursos humanos e materiais e a servir melhor o desenvolvimento e modernização de economia cabo-verdiana.

E assim em Outubro de 1996, o CFN foi transformado no actual Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR) aprovado pelo decreto-lei n.º40/96, de 21 de Outubro de 1996.

O ISECMAR possui a sua sede no Mindelo, São Vicente e oferece 5 cursos com grau de licenciatura, forma professores para o Ensino Técnico e propõe ainda a sua constante adequação às necessidades do mercado de trabalho não só cabo-verdiano, como também de alguns países de língua oficial portuguesa.

Órgãos e Serviços do ISECMAR

Os órgãos e Serviços do ISECMAR são o Conselho Directivo, a Comissão Permanente o Presidente, o Conselho Científico, Comissão Pedagógica, Centro de Documentação e Informação e o Conselho Consultivo. Existem os Departamentos de Ciências Náuticas, de Engenharia Mecânica e Electromecânica, de Engenharia Electrónica e Computação, de Pescas e Tecnologia de Recursos Aquáticos e de Ciências Exactas, e Humanas e os Serviços, Académicos, Serviços dos Recursos Financeiros e Património e Serviços Humanos e Expediente Geral.

Quadro 3: Instalações e equipamentos do ISECMAR

Espaço / equipamento	N.º	Descrição
Sala	9	Salas de aula
Sala para professor	17	Gabinetes, salas de reuniões e salas de departamentos
Salas de informática	4	40 Postos de trabalho para professores e alunos
Laboratórios	18	Para todos os departamentos
Biblioteca	1	Geral
Auditório / anfiteatro	1	Auditório
Lar de estudantes	1	Para 50 alunos / camas
Residência para professores	2	Casas para professores
Casa de passagem	1	Guest house
Centros	2	Combate a incêndio e sobrevivência no mar
Transporte	3	1 Nissan de cabine dupla, 1 Ford de 12 lugares e 1 autocarro Yssusu para apoio geral à administração e visitas de estudo

Fonte: ISECMAR

Nota: O ISECMAR já apresentou ao Ministério de Educação projectos para o ano 2006 cujas descrições conta no seguinte quadro:

Quadro 4: Projectos do ISECMAR para o ano 2006

Projectos ISECMAR 2006	
Alteração e Ampliação do Edifício e das Instalações do ISECMAR	276.588.000
Criação de um Laboratório de Engenharia Civil	10.000.000
Criação de um Laboratório de Cálculo	5.000.000
Remodelação do Guest House	12.000.000
Criação de um centro de combate a incêndios no ISECMAR	12.000.000
Construção, remodelação e conversão de duas casas em Biblioteca e Cantina no ISECMAR	36.575.000
Construção de um bloco de estudos	48.285.000
Montante Global	400.448.000

Fonte: ISECMAR

Comunicação

No ISECMAR os professores, alunos e funcionários têm acesso ao Correio Electrónico e à INTERNET.

Laboratórios, Oficinas e Centros de Formação do ISECMAR

O ISECMAR, para a sua formação conta com os seguintes laboratórios, oficinas e centros:

Laboratório de Línguas, Laboratório de Termodinâmica, Laboratório de Hidráulica, Laboratório de Maquinas de Combustão Interna, Laboratório de Electrónica, Laboratório de Electrotecnia, Laboratório de Automação, Laboratório de Desenho Assistido por Computador, Laboratório de Química, Laboratório de Física, Laboratório de Informática, Oficina de Maquinas e Ferramentas, Oficina de Solda Eléctrica e Oxi – Corte, Centro de Combate e Incêndio e Sobrevivência no Mar, Laboratório de Navegação, Laboratório de Estabilidade de Navios, Laboratório de Marinharia, Laboratório de Resistência de Materiais, Laboratório de Sistemas Digitais e Microprocessadores, Laboratório de Programação, Redes e Sistemas operativos, Laboratório de Telecomunicações, Atelier de tecnologia de Pescas, Simulador em Técnicas de Detecção de Pescado, Laboratório de Citologia e Biologia de Desenvolvimento, Laboratório de Zoologia, Sala de Processamento de Pescado, etc.

Corpo Docente e Discente

O ISECMAR no presente ano lectivo conta com um total de 75 docentes, dos quais 36 em tempo inteiro (ETI) e 39 em tempo parcial (ETP). Dos 39 em ETP, 1 Mestre, e 38 Licenciados e dos 36 em ETI 13 Mestres e os restantes Licenciados. O ISECMAR tem 615 alunos matriculados em 2005/2006, divididos em 25 cursos.

Parcerias com Instituições estrangeiras

De acordo com as informações recolhidas o ISECMAR tem parcerias com muitas instituições nacionais e internacionais, mais o que mais prevalece nesse momento é a parceria com o Instituto Politécnico de Leiria, Universidade de Algarve e a Escola Náutica Infante D. Henrique.

Inscrição, propinas e custos

Para os alunos que entram na instituição pela primeira vez a inscrição é de 1500\$00 cabo-verdianos e para os que já estão a frequentar os cursos é de 1.000\$00, a propina é de 50.000\$00/ano ($5.000\00×10 meses), equivalente a 22% do custo real, e os alunos que residem no lar de estudantes tem um custo mensal de 3.500\$00. O custo por aluno / ano, sem contar com as despesas para investimentos, é estimado em 225 391\$00 cabo-verdianos.

Isto quer dizer que para se concluir um curso de licenciatura de 5 anos no ISECMAR, um aluno, tem um custo total de 1126955\$00, dos quais 22% co-financiados pelo aluno e os restantes pelo estado.

2.3. CFA – INIDA (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrária)

O Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrária (INIDA) é uma instituição com características únicas pela história e missão. A sua origem veio da Escola de Aprendizado Agro – Pecuário Alves Roçado, de onde saíram técnicos que, desde de 1956, destacaram – se em Cabo Verde e outras colónias portuguesas de África e Timor.

O INIDA foi Criado em 1992 e os estatutos foram aprovados em 1993 (Decreto – Lei n.º32/92, de 25 de Maio) e revistos em 1997 (Decreto – Lei n.º80/97, de 30 de Dezembro). Com o estatuto actual o INIDA recupera uma das suas vocações mais antigas, a educação, através do ***Centro de Formação Agrária (CFA)***, um serviço responsável pela formação profissional média e superior no sector da agricultura e tem por atribuição a investigação, a experimentação e o desenvolvimento no campo das ciências e tecnologias agrárias e dos recursos naturais.

De 1983 a 2002 o CFA do INIDA já formou cerca de 252 técnicos médios e superiores (Bacharéis). Nos bacharéis em Ciências Agro – Florestais, Agro – Economia e Produção e Protecção Vegetal, entre 1997 e 2001, além dos formandos Cabo-Verdianos, participaram estudantes de Angola (3), Guiné-Bissau (3), Moçambique (2), e São Tomé e Príncipe (5).

No presente ano lectivo o CFA/INIDA tem 49 alunos que iniciaram dois cursos de Licenciatura em Engenharia do Ambiente e Engenharia Rural no ano lectivo passado (2004/05).

O CFA do INIDA é a única IES Público que não funciona sob a tutela do Ministério da Educação, depende organicamente do departamento do Estado responsável pela agricultura. A sua sede fica em São Jorge dos Órgãos, cerca de 30 km da cidade da Praia, ilha do Santiago.

Estrutura orgânica do INIDA/CFA

De acordo com os estatutos, os Órgãos de Gestão do INIDA são o Presidente, o Conselho de Gestão e o Conselho Científico. O CFA, serviço autónomo responsável pela formação profissional média e superior no sector da agricultura, tem um Director e um Coordenador Pedagógico.

Segundo a gestora desta instituição (Sónia Monteiro), no presente momento o CFA não funciona como um serviço autónomo, uma vez que este não tem um Director mais sim uma Gestora, e que não tem a liberdade financeira porque este é da responsabilidade do INIDA.

Perfil dos titulares dos cargos de direcção e chefia

Presidente do INIDA / Licenciado em Agronomia e Mestre em Análise e Controlo Ambiental;

Presidente do Conselho Científico / Licenciado em Agronomia e Mestre em Análise e Controlo Ambiental;

Director de Planeamento e Informação / Licenciado em Agronomia;

Director Administrativo e Financeiro / Licenciado em Administração;

Director do Centro de Formação Agrária (Serviço autónomo) / Licenciado em Agronomia;

Coordenador Pedagógico do CFA / Licenciado em Introdução às Tecnologias.

Chefes de Departamento:

Agricultura / Mestre em Agronomia / solos;

Ambiente / Mestre em Biologia – Botânica e Mestre em Ambiente;

Agro-Economia / Licenciado em Agro-Economia;

Estudantes

O CFA do INIDA desde da sua existência já formou um total de 286 técnicos médios e superiores em vários cursos. No presente ano lectivo 2005/06 o CFA conta com um total de 49 alunos, em que 29 estão a fazer Licenciatura em Engenharia do Ambiente e 20 a fazer Licenciatura em Engenharia Rural. Dos 49 alunos a frequentarem os cursos 43 são Cabo-Verdianos, 3 são Angolanos e 3 são Moçambicanos.

Quadro 5: Número de alunos matriculados em 2004/05 por ano de estudos e sexo, segundo cursos:

Cursos com início em 2004/05	1ºano		2ºano		3ºano		4ºano		5ºano		Total	
	F	em	F	em	F	em	F	em	F	em	F	em
1- Licenciatura em Eng. Do Ambiente	9	2									9	2
2- Licenciatura em Eng. Rural	0	6									0	6
Total	9	8									9	8

Fonte: CFA/INIDA

Corpo Docente

Sendo, sobretudo, um centro de investigação, o CFA / INIDA tem capacidade pedagógica e de orientação própria e possui um corpo de investigadores, também docentes nos cursos de curta e longa duração, seminários, conferências e mesas redondas. Além dos investigadores / docentes próprios, contrata professores de outras instituições nacionais e recebe importante apoio do Instituto Superior de Agronomia (ISA), da Universidade Técnica de Lisboa, com o qual estabeleceu um acordo de Cooperação em 1992. O Instituto Superior

de Agronomia (ISA) participa com cerca de 50 % dos professores necessários nos cursos superiores e os restantes cursos são ministrados por quadros nacionais.

Para os cursos iniciados em 2004/05, estes conta com professores provenientes de diferentes instituições nacionais e estrangeiros como ISA, DGASP, ISE, Jean Piaget, Ordens dos Arquitectos e da Câmara Municipal de Santa Catarina.

Qualificação do corpo docente

De 02 de Novembro de 2004 a 23 de Junho de 2006 que corresponde ao 1º, 2º, 3º e 4º semestre, o CFA conta com 3 Licenciados, 9 Mestres, e 26 Doutores, sendo 12 mulheres e 26 homens, em que do total dos professores 16 são nacionais e 22 estrangeiros.

Laboratórios

O CFA do INIDA possui 4 laboratórios que são:

Laboratório de informática, Química, Biologia e uma Unidade de Produção de Meios Audiovisuais.

Parcerias com instituições estrangeiras

O CFA do INIDA tem parcerias com a ISA (Lisboa), ISE, Universidade Técnica de Lisboa, Universidade de Açores, Universidade de Aveiro, FAEF, etc.

Comunicação

Os dirigentes, os professores, alunos e funcionários têm acesso ao Correio Electrónico e à INTERNET.

Inscrição, propinas e custos por aluno

A inscrição no CFA do INIDA é de 500\$00 CV e os alunos pagam de propinas 50.000\$00 por ano ($5.000\00×10 meses) e como a Instituição conta com uma residência estudantil os alunos que residem nela tem mais um custo de 5.000\$00 por mês. De acordo

com a gestora do CFA a parcela que os alunos pagam não chegam nem a 1/3 do custo da formação e que a outra parte é custeada pela Cooperação Holandesa que é a entidade financiadora dos cursos.

Isto quer dizer que para se concluir um curso de licenciatura de 5 anos no CFA um aluno tem um custo total estimado em 747.000\$00, dos quais menos de 1/3 são co-financiados pelo aluno e o restante pelo estado ou Cooperação.

2.4. Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE)

Apesar de ter sido oficializada a sua criação só em 1998 (Resolução n.º46/48, de 28 de Setembro), os cursos de Bacharelato em Gestão e Marketing e em Contabilidade foram lançados a 25 de Novembro de 1991, em Mindelo, com a edição de uma turma para cada curso, fruto da iniciativa de um núcleo apoiado e coordenado pela Shell Cabo Verde, Sarl e de um protocolo assinado entre a Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência e o Instituto Politécnico de Lisboa, traduzindo-se na primeira experiência de conjugação de esforços das entidades privadas locais e o Ministério da Educação, em estreita ligação com Instituições Universitárias credenciadas de países amigos, como é o caso de Portugal.

O ISCEE tem a sua sede no Mindelo e um pólo na Praia, para além dos cursos de Marketing e Publicidade, Contabilidade criou novas possibilidades ao nível do bacharelato do complemento de licenciatura e do mestrado.

O ISCEE prossegue os seus fins no domínio das ciências e técnicas empresárias, orientando-se para o ensino, a investigação e a prestação de serviços à comunidade em colaboração com entidades nacionais e estrangeiras em actividades de interesse comum.

De acordo com os estatutos, os Órgãos de Gestão do ISCEE são o Conselho Directivo, o Presidente e o Conselho Científico.

O ISCEE tem uma particularidade diferente das outras Instituições do Ensino Superior Público existentes em Cabo Verde, que é a Gestão Privada da Instituição, numa óptica empresarial de maximização de recursos e de rentabilização de esforços e iniciativas.

Parcerias com Instituições Estrangeiras

O ISCEE tem protocolos de cooperação com o Instituto Politécnico de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Universidade de Coimbra, Instituto Politécnico de Leiria, Universidade dos Açores, etc.

Estudantes

O ISCEE no presente ano lectivo conta com um total de 428 alunos, sendo 74 alunos frequentam o 1ºano do Bacharel em Contabilidade, 128 alunos o 2ºano, 74 alunos o 3ºano e 64 o 4ºano de Licenciatura em Contabilidade. O curso de Bacharel em Gestão comporta um total de 69 alunos todos a frequentarem o 1ºano, e existe uma turma de Mestrado em Gestão Global com 19 alunos.

Corpo Docente

O ISCEE tem 65 professores, dos quais 38 na cidade da Praia, ilha de Santiago e 27 em Mindelo, São Vicente. Dos 65 professores 2 tem Bacharel, 25 são Licenciados, 29 Pós-Graduando Mestrado e 9 Mestres.

Obs: O ISCEE não tem corpo docente próprio, são professores contratados de acordo com necessidade.

Quadro 6: Instalações e equipamentos do ISCEE

SEDE – S. Vicente	Pólo da Praia
05 Salas de aula 01 Centro de Informática 01 Biblioteca 01 Gabinete de Coordenação 01 Gabinete Secretaria	As instalações da sede foram remodeladas recentemente e são muito boas mas as do pólo da Praia, cedidas pelo Ministério da Educação, ainda são precárias. O ISCEE não tem transporte próprio.

Fonte: ISCEE

Comunicação

Os professores, alunos e funcionários têm acesso ao Correio Electrónico e à INTERNET.

Inscrição, propinas e custo por aluno

A inscrição no ISCEE é de 5.000\$00 e as propinas 140.000\$00 / ano (14.000×10 meses), e o valor médio – 115.000\$00 / aluno / ano.

Isto quer dizer que para se concluir um curso de licenciatura de 5 anos no ISCEE, um aluno, tem um custo total de 705.000\$00, que corresponde a 100% do custo da formação uma vez que é os alunos é que auto financia os seus estudos.

2.5. INAG – Instituto Nacional de Administração e Gestão

Génese e natureza

O INAG foi criado em 1998, através do Decreto – Lei n.º 24 / 98, de 8 de Junho. Tem como predecessor o CENFA – Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo - criado em 1978, institucionalizado em 1981 (Decreto n.º 21 / 81, de 11 de Fevereiro), dotado de estatutos próprios em 1984 (Decreto n.º 79 / 84, de 18 de Agosto) e extinto em 1998 (Decreto – Lei n.º 23 / 98, de 8 de Junho), uma instituição de língua portuguesa, com vocação internacional e que desempenhou um papel de relevo na formação da Administração para Cabo Verde independente.

O INAG ainda está na fase de instalação (Despacho da Ministra da Reforma do Estado, de 14 de Outubro de 2002) mas, embora sem assumir-se claramente na proposta de Estatutos como estabelecimento de Educação Superior e praticamente restringindo o campo de acção ao sector público administrativo e empresarial, já tem a missão e uma vocação definidas: contribuir, através do ensino, da investigação científica e da assessoria técnica, para o aperfeiçoamento e modernização da administração pública e do sector público empresarial, nomeadamente, realizando cursos conferentes de grau superior e outras acções de formação.

A vocação do INAG é ser a Escola Nacional de Administração ou Gestão Pública, com a ambição de ser também uma escola regional de referência, tomando o adjectivo regional no sentido geográfico e linguístico cultural. E tem a sua sede na cidade da Praia.

Estrutura orgânica

O INAG prevê um Conselho Directivo, um Presidente, um Conselho Científico e um Serviço de Pesquisa e Publicação.

Perfil dos titulares dos cargos de direcção e chefia

Encontrando-se o INAG em fase de instalação, este item não é relevante. Notar-se-á, todavia, que a Comissão Instaladora do INAG é composta por pessoal qualificado e experiente, sendo 1 Historiadora / Investigadora / Doutoranda (presidente), 1 Directora, com vasta experiência na Administração Pública e 1 Bacharel em Gestão e Marketing.

Estudantes

Para dar uma ideia da vocação internacional e funcional do INAG, ilustra-se com o quadro seguinte a actividade do CENFA, organismo predecessor.

Quadro 7: Cursos do CENFA para pessoal da Administração Pública dos 5 Países Africanos de Língua Portuguesa, entre 1978 e 1999 e, a título de exemplo, cursos de 1998.

Cursos permanentes PALOP (1978-1999)				Outros Cursos (1998)		Part.
Curso	Ano	Duração (M)	Participantes	Form. Adm. Local	3 meses	20
Curso I	1978-80	24	43	Contab. Pública	10 dias	23
Curso II	1981-82	22,5	36	G. Património	5 dias	20
Curso III	1983-85	22	44	Oficiais Justiça	26 dias	51
Curso IV	1985-87	18	38	Plan. Local	3 anos	37
Curso V	1987-88	18	31	Arquivistas	11 dias	20
Curso VI	1989-90	18	44	Dirigentes 2K	5 dias	25
Curso VII	1990-91	18	43	Contabilidade	10 dias	23
Oficiais AP	1999	24	43	Consultores	4 dias	14
				3º Sector / PALOP	12 dias	14
Total			322		2 234 H	247

Corpo docente

O INAG não tem corpo docente próprio.

Actividade científica

A actividade científica é pouco relevante presentemente mas é vista pela Comissão Instaladora como muito importante no futuro.

Serviços Administrativos

O quadro de pessoal do INAG prevê um corpo de 21 funcionários, sendo 1 director, 6 técnicos, 9 oficiais administrativos e 5 auxiliares.

Instalações

O INAG tem 9 salas de aula, 4 gabinetes, 2 salas de informática, uma biblioteca, uma secretaria e um espaço de convívio. Situado num local privilegiado na cidade da Praia, em instalações pré – fabricadas, dispõe de óptimo espaço para reconstrução e eventual expansão, e não tem meios de transporte próprios.

Quadro 8: Instalações e equipamentos

Compartimento	N.º	Função
Sala	9	Salas de aula
Sala para professor	4	Gabinetes
Salas de informática	2	Uso geral
Biblioteca	1	Geral
Secretaria	1	Administração
Sala de convívio	1	Apoio à acções de formação
Total	18 Compartimentos	

Comunicação

A CI do INAG tem acesso ao Correio Electrónico e à INTERNET.

Custos. Na actual situação do INAG, o custo por aluno / ano é pouco relevante.

Orçamento

Quadro 9: Orçamento do INAG para 2003

Receita	Receitas próprias (propinas e outras)	3.716.040\$00
	Transferência	6.957.909\$00
Receita total		10.673.949\$00
Despesa total	De funcionamento	10.673.949\$00

Fonte: Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde

Nota: os valores são referidos em Escudos de Cabo Verde (1 USD = 116\$00 CV)

Conclusão

INAG tem uma experiência notável na formação internacional para a Capacitação e Reforma da Administração Pública que vem do CENFA. Também tem uma visão de futuro e uma excelente Comissão Instaladora. Tem contado com poucos recursos financeiros, não possui corpo docente próprio, nem parece ter participado no debate sobre a educação superior universitária para Cabo Verde. Uma boa hipótese de como entrar nesse debate seria pensar numa candidatura conjunta com o ISCEE ao Núcleo Fundador da Universidade para a fusão num estabelecimento que poderá ser a Escola Nacional de Administração e Gestão, com um núcleo na Praia e um núcleo em São Vicente¹.

¹ Universidade de Cabo Verde: Subsídios para um Programa de capacitação da IES e Instalação da UNI – CV. PCI 2003 – 2007 (Versão 1).

2.6. O FINANCIAMENTO DAS IES PÚBLICO EM CABO VERDE

Existe no mundo diferentes modalidades de financiamento do Ensino Superior, e estes processam-se de acordo com critérios, objectivos, indicadores de desempenho e valores padrão relativos à qualidade e excelência do ensino ministrado.

O financiamento do Ensino Superior público processa-se numa relação tripartida entre:

a) Instituições do Ensino Superior (IES);

Essa modalidade pressupõe que apenas o Estado, através de alocação anual de verbas, no quadro do seu Orçamento Geral Anual, assume os custos da formação, tendo em conta custo elevado desse nível de formação e a necessidade da qualificação da mão-de-obra para o mercado do trabalho.

b) Os Estudantes e as Instituições do Ensino Superior (IES);

Essa modalidade pressupõe que os Estudantes e as IES repartem o custo da formação, de uma forma predefinida, uma vez que a formação superior tem um custo muito elevado e a qualificação da mão-de-obra é necessária para um país que pretende desenvolver como é o caso de Cabo Verde.

c) Instituições do Ensino Superior e empresas privadas.

Existe um ou outro caso, onde empresas privadas co-financiam as despesas de formação superior dos seus empregados e/ou estudantes. A Cabo Verde Telecom é uma das empresas que patrocina essa modalidade.

3. QUADRO JURÍDICO-REGULAMENTAR DO ENSINO SUPERIOR

O quadro 10 detalha as principais leis e regulamentos sobre o Ensino Superior Público em Cabo Verde:

Número	Tipo	Referência	Conteúdo	B.O.	Data
1	Lei	Nº 103/III/90	Cria a lei de Bases do Sistema Educativo.	Nº 52/90	29 De Dezembro
2	Lei	Nº 113/V/99	Altera a Lei de Bases do Sistema Educativo, no Capítulo relativo ao Ensino Superior.	Nº 38/99	18 De Outubro
3	Decreto	Nº 54/95	Aprova os Estatutos do ISE.	Nº 33/95	
4	Decreto	Nº 40/96	Cria o ISECMAR.	Nº 35/96	21 De Outubro
5	Decreto	Nº 80/97	Aprova os Estatutos do INIDA, em que o CFA se constitui como um serviço autónomo da instituição.	Suplemento	
6	Decreto	Nº 28/98	Cria o Curso de Gestão Bancária.	Nº 27/98	27 De Junho
7	Resolução	Nº 46/98	Cria o ISCEE.	Nº 36/98	28 De Setembro
8	Decreto	Nº 52/98	Aprova os Estatutos do ISCEE.	Nº 39/98	
9	Resolução	Nº 8/98	Cria a Comissão Técnica responsável pela área da Educação para estudar, avaliar e propor os cenários técnicos e jurídicos alternativos para o Sistema do Ensino.	Out-98	
10	Decreto – Legislativo	Nº 1/99	Estabelece o Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Superior.	Nº 3/99	
11	Decreto – Legislativo	Nº 2/99	Estabelece o Estatuto do Pessoal Investigador.	Nº 3/99	

O Futuro do Ensino Superior Público em Cabo Verde
“Prioridades de Custo e Financiamento”

12	Lei	Nº 97/V/99	Estabelece a Gestão Privada de Estabelecimentos Públicos de Ensino Superior.	Nº 8/99	22 De Março
13	Resolução	Nº 53/2000	Cria a Universidade de Cabo Verde.	Nº 24/2000	07 De Agosto
14	Decreto	Nº 15/2000	Estabelece o Novo Regime de Acesso a Ingresso no Ensino Superior.	Nº 7/2000	13 De Março
15	Decreto	Nº 33/2000	Estabelece o Regime da Instalação da Universidade de Cabo Verde.	Nº 26/2000	28 De Agosto
16	Decreto	Nº 4/96	Cria o Fundo de Apoio a Ensino e Formação	Nº 3/96	19 De Fevereiro
17	Decreto	Nº 6/97	Regula o Regime jurídico do financiamento para a formação pós-secundária no País e no estrangeiro.	Nº 4/97	03 De Fevereiro
18	Decreto	Nº 7/97	Define o regime jurídico das bolsas empréstimo previstas na alínea b) do artigo 2º de DL nº 6/97 de 03 de Fevereiro.	Nº 4/97	03 De Fevereiro
19	Decreto	Nº 31/2004	Cria a Comissão Nacional para a Instalação da Universidade Pública de Cabo Verde.	Nº 22/2004	26 De Julho

FONTE: MEES

3.1. Metas a alcançar

A Educação Superior precisa de uma política que promova sua renovação e desenvolvimento, e por isso, é preciso determinar metas a alcançar a curto, médio e longo prazos, que vise à melhoria do acesso e da qualidade da Educação Superior em todos os níveis e modalidades.

Para melhorar a qualidade dos cursos de formação, especialmente das licenciaturas, é indispensável a articulação entre todos os elementos do sistema de ensino público (Ministério da Educação, IES, estudantes e suas associações, pais e encarregados de educação, etc.).

Com o aumento das exigências do mercado de trabalho, prevê-se uma explosão na demanda para Educação Superior, ou seja, vai aumentar a matrícula neste nível de ensino, assim como vem apresentando nestes últimos anos.

É de acordo que um povo não se destaca se não contar com um sólido sistema de Educação Superior que lhe possa permitir o seu desenvolvimento integral a aquisição de competências profissionais tão necessárias a um mercado de trabalho cada vez mais globalizado. Nesse contexto, criou-se a Comissão instaladora do Universidade de Cabo-Verde em 2000, com o objectivo de criar instrumentos reguladores do Ensino Superior no país, assente nos fundamentos da Declaração Mundial sobre Educação Superior para o século XXI, cujos pilares são: *saber compreender, aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser*.

Seguindo o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, a Educação Superior, será baseada nos princípios do pluralismo, da solidariedade, da autonomia, da liberdade e da ética. Para servir como factor de integração nacional e de desenvolvimento, deverá ser pautada por especificidades locais, regionais, nos âmbitos económico, político, cultural, social, técnico-científico, ambiental e educacional. Além disso, a Educação Superior precisará preocupar-se com a formação profissional, humana e cidadã, relacionada com o mundo do trabalho, do empreendedorismo e da melhor qualidade de vida dos homens.

Deverá ainda criar programas de integração entre as IES, os sistemas de ensino e as instituições de Ciência e Tecnologia, de modo a melhorar o desenvolvimento, com qualidade, da pesquisa e da extensão, e a assegurar a flexibilidade e a diversidade dos programas de estudo.

A par do incremento à pesquisa e à extensão, a implantação de programas de pós-graduação, em sentido amplo e em sentido restrito, que venham a melhorar o acesso a formação de quadros profissionais, científicos e culturais em áreas estratégicas.

Deverá ser tarefa da Educação Superior viabilizar novas modalidades de educação e de formação inicial e continuada, especialmente no que diz respeito à qualificação de docentes e à valorização do magistério.

Para isso, será necessário a alargamento de vagas nesse nível de ensino, inclusive para alunos necessitados, em decorrência do aumento acelerado de ingressos do ensino médio.

Num mundo em que diversos saberes se interagem, o país não poderá prescindir de uma Educação Superior consistente, que buscará, além das soluções para os problemas regionais, a formação de um cidadão apto a enfrentar as mudanças do século XXI.²

3.2 QUE ESTRATÉGIAS DE CURTO MÉDIO PRAZO? (2006-2011)

De acordo com as metas traçadas a curto médio prazo o país definiu estratégias de curto médio prazo para que possa conseguir resultados estabelecidos.

É essa dinâmica gerada pelas acções empreendidas, que abrangem sectores diferentes da sociedade, que está na origem da implementação da Comissão Instaladora do Ensino Superior (CIES) em 1991, cuja missão fundamental residia na institucionalização do Ensino Superior.

As orientações contidas no programa do Governo (1995-2000) referentes ao sector do Ensino Superior implicam a adopção de medidas e instrumentos, no sentido de operacionalizar os objectivos e metas propostos: i) institucionalizar e consolidar o Ensino Superior; ii) desenvolver o Ensino Superior na óptica da criação de uma capacidade endógena em Ciência & Tecnologia; iii) articular as actividades do Ensino Superior e da Investigação & Desenvolvimento.

A concretização desses objectivos visava atingir as metas seguintes: i) promover a entrada em funcionamento da Universidade de Cabo Verde; ii) constituir um colectivo de quadros altamente qualificados; iii) conduzir à inversão das actuais taxas de formação no País (20%) face ao exterior (80%).

² Ensino Superior Ontem, Hoje e Amanha “A melhor oportunidade para a expansão do Ensino Superior em Cabo Verde é com a criação da UNI-CV”.

Entre as medidas adoptadas, visando atingir as metas preconizadas, destaca-se a criação, em 1997, da Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência e, conseqüentemente, a extinção da Comissão Instaladora do Ensino Superior.

Entretanto, várias iniciativas legislativas tiveram lugar, de entre as quais se destacam: a alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1999 (Lei n.º 113/V/99 de 18 de Outubro) e a criação formal da Universidade de Cabo Verde (Resolução n.º 53/2000).³ Na sequência disso, foi criada a Comissão Instaladora Para a Instalação da Universidade de Cabo Verde (Decreto n.º 31/2004), integrada por pessoas que representa instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, ligadas à Educação Superior.

4 – Análise SWOT da situação.

Em inglês, SWOT representa as iniciais das palavras Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças). A Análise FOFA é uma ferramenta de gestão muito utilizada por instituições privadas como parte do planeamento estratégico dos negócios. Como o próprio nome já diz, a ideia central da análise é avaliar os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças da organização e do mercado onde ela está actuando. Esta forma de análise de negócios vem sendo utilizada com muito sucesso por instituições privadas em todo o mundo e, sem dúvida, pode ser uma ferramenta de grande utilidade para as instituições cabo-verdianas. A análise é dividida em duas partes: o ambiente externo à instituição (oportunidades e ameaças) e o ambiente interno à instituição (pontos fortes e pontos fracos). Esta divisão é necessária porque a instituição tem que agir de formas diferentes em um e em outro caso. O ambiente interno pode ser controlado pelos dirigentes da instituição, já que ele é o resultado de estratégias de actuação definidas por nós mesmos. Desta forma, quando percebemos um **ponto forte em nossa análise, devemos ressaltá-lo** ainda mais; quando percebemos **um ponto fraco, devemos agir para controlá-lo ou, pelo menos, minimizar seu efeito**. Já o ambiente externo está totalmente fora do controle da instituição. Isso não significa que não seja útil conhecê-lo. Apesar de não podermos controlá-lo, podemos monitorá-lo **e procurar aproveitar as oportunidades da maneira mais ágil e eficiente e evitar as ameaças enquanto for possível**. A análise FOFA deve ser

³ Universidade de Cabo Verde: Subsídios para um Programa de capacitação da IES e Instalação da UNI – CV. PCI 2003 – 2007 (Versão 1).

realizada de maneira formal uma vez por ano, mas as informações mais importantes devem ser monitorizadas constantemente.

E é nesse propósito que a nossa preocupação é apresentar uma análise SWOT do Ensino Superior público em Cabo Verde de acordo com as informações que dispomos.

4.1 FORÇAS

São as características próprias da nossa instituição que nos permitem ter uma posição privilegiada em algum aspecto.



Forte apoio político e social;



Boa capacidade de liderança, que deverá reforçar-se através do Plano Estratégico da Educação;



Forte adesão da sociedade às regras e mecanismos da gestão democrática;



Abertura à cooperação internacional, na qual a emigração poderá ter grande papel;



A firme vontade política de integrar o projecto de Educação Superior no desígnio mais amplo de afirmação cultural e desenvolvimento económico de Cabo Verde.

4.2 FRAQUEZAS

A fraca capacidade em termos de recursos financeiros, técnicos, humanos e materiais;




Instituições emergentes e pouco consolidadas;





Fraca presença regional;





Fracas parcerias estratégicas com instituições estrangeiras similares;


 Fraca base demográfica com consequências ao nível da rápida saturação do mercado de emprego e de elevados custos unitários por ausência de uma economia de escala;

 Custos de insularidade elevados, reflectindo-se nos transportes e nos apoios sociais com vista à fixação de docentes e à equidade no acesso;

 Custos de financiamento que deverão ser assegurados essencialmente pelo Estado com a participação dos utentes e dos sectores privado e cooperativo. A diversificação das fontes de financiamento, traduzindo o apoio que a sociedade deverá conceder ao ensino superior, deverá possibilitar a preservação da sua qualidade e pertinência;

 Resposta deficiente às pressões resultantes do aumento do número de candidatos ao ensino superior, agravada pela diminuição da oferta de bolsas para o exterior e pela redução dos créditos bancários;


 Penúria de recursos humanos qualificados e com perfil para o exercício de funções docentes, levantando sérios problemas ao desenvolvimento do ensino superior e obrigando à definição de uma política de formação, aperfeiçoamento e recrutamento de docentes;

 Enquadramento legislativo insuficiente apresentando lacunas na regulamentação das condições de acesso, de atribuição de graus, equivalências e apoios sociais.

 Falta de cultura universitária e de suficiente consenso sobre a importância do capital conhecimento;


 Ausência de planos estratégicos de desenvolvimento das IES;

 Dificuldades na avaliação e definição de prioridades;


 Inexistência de lei e de prática de autoavaliação e auditorias técnicas externas na e das IES;


 Insuficiência de docentes e quadros técnico-administrativos imediatamente disponíveis;


 Exiguidade do corpo docente especializado;


 Escassez de pessoal docente fixo e predominância da figura de colaboradores;


 Falta de qualificação pedagógica de grande parte dos docentes;

 Fraco domínio pelos alunos e alguns professores da língua portuguesa falada e escrita;

 Fraco domínio das disciplinas de Matemática, Filosofia e Línguas Estrangeiras.


 Falta de bibliotecas devidamente apetrechadas e de bibliografia actualizada;


 Insuficiência do apoio social, por exemplo através de lares de estudantes e refeitórios, em particular para os estudantes pobres e deslocados;


 Insuficiência de convenções com outros países no que toca à certificação de graus conferidos pelas IES de Cabo Verde;


4.3 OPORTUNIDADES


A oportunidade é a qualidade do que é oportuno, ocasião favorável de aproveitar o que é bom.

 Procura sem precedentes de ingresso na educação superior no país como consequência da acelerada expansão do ensino secundário e da redução de oportunidades de estudo no estrangeiro;

 Valorização da Educação Superior como factor de ascensão e reconhecimento social;


 Reconhecimento da Educação Superior enquanto via de realização pessoal e instrumento de desenvolvimento social, cultural e económico do país.


 A preparação do pessoal qualificado para o presente e para o futuro é trabalho de fundo que exige reflexão em espaços adequados e visão de longo alcance;


 A atenuação da fragilidade estrutural da sociedade e da economia nacional, assim como a sustentabilidade do desenvolvimento, passam por uma consistente política de capacitação dos quadros existentes, aproximação, entre si, no contexto do Cabo Verde actual, dos diplomados por diversas universidades de diversos países e a alta qualificação de pessoal;


4.4 AMEAÇAS

Ameaça é o prenúncio de mal ou de desgraça, e o Ensino Superior público em Cabo Verde não foge a regra e nesse propósito é considerado alguns pontos que consideramos como ameaças para o Ensino Superior público em Cabo Verde:

 A falta de resposta adequada à procura de Ensino Superior origina a saída de jovens para o estrangeiro e, quando saem não voltam (fuga visível de quadros, fenómeno conhecido por fuga de cérebros) ou, quando voltam, sofrem o choque do regresso e, frequentemente, ficam dependentes de projectos exteriores, com pouca capacidade de internacionalizar a mais-valia da formação no exterior em benefício próprio e do país (fuga oculta);

 Dispersão por ilhas e remotas localidades dos candidatos ao Ensino Superior, circunstância com pesados efeitos nos custos e equidade.

 A pequena dimensão demográfica do país e, por conseguinte, o baixo índice de sustentabilidade da procura, exigindo coordenação estreita e cooperação eficaz entre o sector público, o sector privado e o sector social na oferta da Educação Superior;

 Escassez de recursos financeiros exigindo mais imaginação e uma profunda reformulação do modo de pensar a economia da Educação Superior e o seu financiamento;

Capítulo II – A Procura Futura do Ensino Superior

A humanidade encontra-se a entrada de uma nova era (Globalização), em que mudanças de natureza geopolítica e social se sucedem a um ritmo tão acelerado que escapam à utilização de soluções tradicionalmente adoptadas, originando um clima em que a única certeza que se tem é a incerteza no futuro.

Perante as contradições e os paradoxos que caracterizam a época contemporânea, resultantes, de certa forma, da globalização das economias e dos serviços, do crescimento rápido e da transformação profunda das tecnologias de informação e da comunicação, exige-se do cidadão que ele esteja armado cada vez mais de maiores competências, de conhecimentos mais sólidos e abrangentes, dispostos a aceitar a mobilidade profissional, para afrontar a sociedade do futuro de forma eficaz e criativa.

Futuramente a procura pelo Ensino Superior aumentará uma vez que com o alargamento da escolaridade obrigatória para oito anos e com o numero elevado de alunos que terminam o ensino secundário por ano.

É neste quadro que o Ensino Superior pela sua natureza e essência é chamado a dar a sua contribuição decisiva para a emergência deste novo mundo, baseado no poder do saber, na utilização adequada da informação, cumprindo a missão de instruir, de formar, de conduzir a investigação, de oferecer serviços à comunidade e de servir de alavanca a todo o sistema educativo.

“Pensar o futuro é uma forma de planejar e encontrar as soluções estratégica que melhor virá satisfazer a sociedade do momento”

O grande objectivo de Cabo Verde no futuro próximo é a instalação da universidade de Cabo Verde que terá como papel, regular a formação superior no país através de criação de um modelo de formação superior que melhor adapta as exigências do país.

Neste contexto, um dos passos torna necessária conhecer a demanda potencial para o Ensino Superior num horizonte futuro. Para o efeito apresento dois cenários, uma de base em que pensa-se no futuro tal como ela é hoje e um segundo cenário em que se espera melhoria nos indicadores rendimento (maior aprovação, menor reprovação), Por último o cenário médio que retrata o futuro como a média dos dois primeiros cenários.

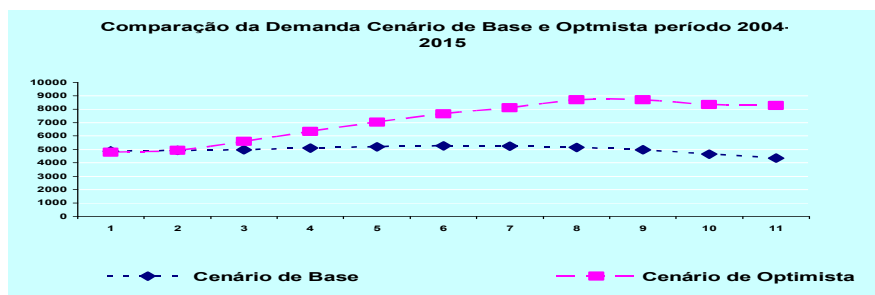
Quadro 11: Cenário de Base e Cenário Optimista

	Cenário de Base				Cenário de Optimista		
	12º Ano	Conclusão do 12º (Previsão)	%		12º Ano	Conclusão do 12º (Previsão)	%
2004/05	4873	2274	46,7%		4791	2478	51,7%
2005/06	4923	2330	47,3%		4915	2644	53,8%
2006/07	4974	2310	46,5%		5595	3081	55,1%
2007/08	5104	2364	46,3%		6355	3684	58,0%
2008/09	5191	2399	46,2%		7023	4258	60,6%
2009/10	5261	2434	46,3%		7647	4651	60,8%
2010/11	5240	2415	46,1%		8090	5054	62,5%
2011/12	5147	2374	46,1%		8680	5577	64,2%
2012/13	4966	2296	46,2%		8685	5874	67,6%
2013/14	4633	2145	46,3%		8343	5598	67,1%
2014/15	4334	2017	46,5%		8273	5686	68,7%

Fonte: GEP, Ministério da Educação

O Cenário de base parte-se do pressuposto que o futuro irá ter as mesmas tendências de hoje, ou seja as taxas verificáveis hoje no secundário passarão no tempo de forma inalterada. Mantendo assim, esse cenário mostra-nos uma tendência para uma diminuição dos efectivos no Ensino secundário devido a forte influência do abandono escolar que vem se denotando.

Gráfico 2: Comparação da Demanda Cenário de Base e optimista período 2004-2015



Fonte: GEP, Ministério da Educação

Enquanto que o segundo cenário (cenário de optimista), perspectiva um futuro melhor onde espera-se que haja o aumento da qualidade de ensino no nível secundário de forma gradual ao longo do período. Para este cenário como se pode notar no quadro comparativo, ela prevê um aumento de frequência do 12º ano e de conclusão fazendo aumentar a demanda potencial para o Ensino Superior no país.

Tendo em conta as projecções de base, e tendo em conta as saídas 12º ano e as entradas verificadas anteriormente prevê-se que do total de alunos que terminam o ensino secundário 50% delas prosseguem o Ensino Superior no país 25% vai prosseguir os seus estudos no exterior e 25% fica como demanda reprimida uma vez que não conseguem entrar no mesmo ano o que aumenta a demanda do ano seguinte.

Quadro 12: Cenário de Base

	Cenário de Base			Demanda Real
	Alunos Normais	Demanda Reprimida	Saídas para o exterior	
2004/05	1137	569	569	1706
2005/06	1165	582	582	1747
2006/07	1155	578	578	1733
2007/08	1182	591	591	1773
2008/09	1199	600	600	1799
2009/10	1217	609	609	1826
2010/11	1207	604	604	1811
2011/12	1187	593	593	1780
2012/13	1148	574	574	1722
2013/14	1073	536	536	1609
2014/15	1008	504	504	1512

Fonte: GEP

Nesse contexto, fazendo uma análise entre as conclusões do 12ª e as possíveis entradas nota-se que será necessário aumentar as vagas para Ensino Superior no país isto porque ela terá um aumento da demanda Real por um período de 6 anos, com recessão após 2010.

O mesma tendência se verifica no caso venha acontecer o previsto no cenário de optimista só que agora ela se da em maior escala fazendo com que o país adopte um conjunto de medidas com vista a atender a demanda para esse nível de ensino.

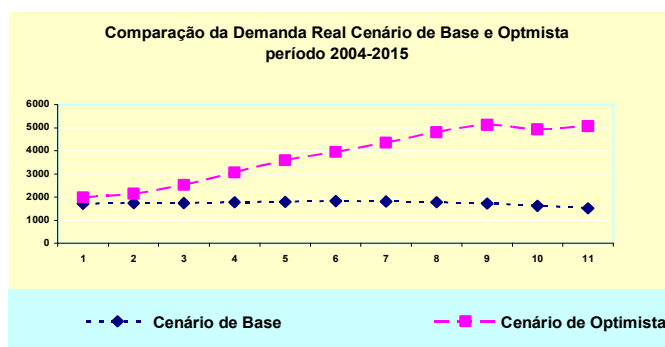
Quadro 13: Cenário de Optimista

Ano Lectivo	Cenário de Optimista			Demanda Real
	Alunos Normais	Demanda Reprimida	Saídas para o exterior	
2004/05	1487	496	496	1982
2005/06	1613	529	502	2142
2006/07	1910	616	555	2526
2007/08	2321	737	626	3058
2008/09	2725	852	681	3577
2009/10	3023	930	698	3953
2010/11	3335	1011	708	4346
2011/12	3681	1115	781	4796
2012/13	3935	1175	764	5110
2013/14	3807	1120	672	4926
2014/15	3923	1137	625	5060

Fonte: GEP

Comparativamente nota-se que caso melhore a qualidade do ensino secundário o país terá de envidar esforços a duplicar com vista ampliar o mercado do Ensino Superior melhorando a sua rede de IES através da UNI-CV e encontrar soluções juntos de outras instituições privadas que devem surgir no futuro⁴.

Gráfico 3: Comparação da Demanda Real Cenário de Base e Optimista período 2004-2005



Fonte: GEP

⁴ Ensino Superior Ontem, Hoje e Amanha “A melhor oportunidade para a expansão do Ensino Superior em Cabo Verde é com a criação da Uni – CV”.

Capítulo III – Os Grandes Desafios

Um dos grandes desafios do país é poder dar resposta a elevada procura do Ensino Superior, tendo em conta que em média por ano, cerca de 2.000 jovens concluem o ensino secundário, e 75% dos jovens pretendem frequentar o Ensino Superior, daí a instalação efectiva da Universidade pública de Cabo Verde é a prioridade máxima neste momento. Essa procura deriva da massificação do ensino secundário ocorrida na década de noventa, com a construção, equipamento e funcionamento de 30 liceus, contra 3 existentes em 1990.

1. Equidade

O facto de Cabo Verde ser um arquipélago, com custos acrescidos de instalação e funcionamento de pólos universitários em ilhas/concelhos de maior procura deste tipo de ensino (Santiago, São Vicente e São Antão), coloca-se a questão de assegurar a equidade regional, social e do sexo no acesso, a um custo baixo, sobretudo para alunos oriundos de famílias carenciadas, pois a formação profissional é um dos direitos consagrados na Constituição na República, e, por isso, o Estado tem a obrigação legal de promover a realização desse direito a todos os que se qualificam para tal.

2. Regulação

Também um dos grandes desafios é fazer com que o Estado de Cabo Verde implemente e efective, directa e indirectamente, a função reguladora desse subsistema de ensino, de modo a garantir à sociedade a satisfação das suas legítimas expectativas acerca da qualidade neste domínio, bem como assegurar ao país que a formação superior seja a seu tempo, motor de sua inserção dinâmica no mercado mundial e de seu enriquecimento, social, cultural, económico e científico.

O credenciamento das instituições e cursos de Ensino Superior deverá ser feito pelo Ministério da Educação ou por uma Agência Independente de Regulação, mediante a observação de um conjunto de critérios básicos e conhecidos, estabelecidos em lei, de modo a assegurar a qualidade da actuação dos mesmos. Ressalve-se que os referidos critérios e

parâmetros são aplicáveis a todas as instituições de Ensino Superior e cursos, independente da sua natureza jurídica e estatutária, sejam eles públicos, privados, cooperativos e confessionais.

O funcionamento das Instituições do Ensino Superior deverá ser monitorizado por um órgão regulador de qualidade, municiado e habilitado para realizar e promover, de forma periódica a avaliação do desempenho institucional das mesmas.

3. Qualidade

O Estado, através de mecanismos jurídicos e institucionais apropriados, deverá promover um Ensino Superior que se enquadre no projecto colectivo do desenvolvimento do país e realize as legítimas expectativas dos estudantes, empresários, poderes locais, organismos não governamentais e da sociedade em geral, quanto à qualidade.

O Estado por intermédio dos seus órgãos competentes e em parcerias com as Universidades e as IES, deverá mobilizar recursos humanos e financeiros de modo a garantir a qualidade.

4. Adequação

As tipologias e os níveis dos cursos a serem ministrados pela Universidade Pública de Cabo Verde, deverão ser adaptados às reais necessidades e prioridades de desenvolvimento económico, social e cultural do país e do mundo, tendo em conta que num mundo global, os quadros formados no país terão que ser capazes de competir a nível internacional.

5. Inserção no Mercado do Trabalho

O fraco crescimento económico e o baixo nível de desenvolvimento do sector privado registados em Cabo Verde, na presente etapa, coloca sérios desafios quanto à inserção dos recém-licenciados no mercado de trabalho nacional. A integração na administração pública está cada vez mais difícil, pois há jovens que, 2-3 anos depois da conclusão do Ensino Superior seja no país ou no estrangeiro, ainda continuam à procura do seu primeiro emprego ou vem dando aulas, como forma de sobrevivência, nos estabelecimentos do ensino secundário, funções para as quais não estão preparados.

Programas especiais de inserção dos recém-licenciados no mercado de trabalho (incubadoras empresariais, incentivos fiscais às empresas que recrutam jovens licenciados, crédito jovem, entre outros), deverão ser concebidos e implementados, tanto breve quanto possível, pelo Estado, sob pena de se estar a formar e a alimentar um exército de desempregados qualificados, com custos económicos e sociais avultados para as famílias, estado e a sociedade em geral.

Capítulo IV – Que Estratégias? (Segundo o Programa do actual Governo)

Tendo em conta a opção política de Cabo Verde por um ensino de qualidade e o entendimento do ensino superior como instrumento de desenvolvimento duradouro do país e motor de sua inserção competitiva no mercado mundial, propõe-se as seguintes medidas de desenvolvimento deste subsistema para os próximos cinco anos:

1) Instalação efectiva da universidade pública.

2) Promoção de um ensino superior de qualidade, através de mecanismos jurídicos e institucionais apropriados, que se enquadre no projecto global de desenvolvimento do país e realize as legítimas expectativas dos estudantes, empresários, poderes locais, organismos não governamentais e da sociedade em geral;

3) Reforço das estruturas com atribuições no domínio do ensino superior;

4) Elaboração, aprovação e implementação de normas reguladoras do funcionamento e financiamento do Ensino Superior, nomeadamente, os Estatutos do Ensino Superior Público, Privado e Cooperativo, a regulamentação e funcionamento da Comissão Nacional de Equivalências, e ainda medidas que se prendem com a sustentabilidade financeira do sistema de bolsas de estudo

5) Credenciando de instituições e cursos do ensino superior segundo um conjunto de critérios e parâmetros básicos, estabelecidos por lei, de modo a assegurar a qualidade e a actuação dos mesmos. Esses critérios e parâmetros são aplicáveis, indistintamente, a todas as instituições de ensino superior e cursos, independentemente da sua natureza jurídica e estatutária, sejam eles públicos, privados, cooperativos e confessionais.

6) Estabelecimento, em diálogo com a comunidade técnica e científica, de padrões e critérios de aferição da qualidade, tendo em conta os fins a atingir. Tais padrões poderão trazer a vantagem de reduzir a subjectividade nos processos da avaliação, bem como nos de credenciamento e cessação de credenciamento de instituições e cursos.

7) Redefinição e reforço da política sócio-educativa e de financiamento da formação superior, tendo em conta a nova realidade do ensino superior;

8) Institucionalização da avaliação, tanto na vertente interna como externa, como um procedimento normal de gestão deste subsistema de ensino.

9) Criação e instalação de um órgão regulador da qualidade do ensino, habilitado para realizar e promover, de forma periódica, a avaliação do desempenho institucional das instituições.

10) Promoção da investigação e da divulgação dos seus resultados.

11) Desenvolvimento e estímulo da prática do ensino a distância

12) Implementação de medidas de acompanhamento social e académico dos estudantes no país e no exterior.

13) Para além disso, o Governo vai continuar a desenvolver esforços tendentes a criação das condições infraestruturais convencionais e apostar fortemente nas novas tecnologias de informação e comunicação para a edificação de um sistema de ensino superior com enfoque na formação à distância como meio de redução de assimetrias.

14) No que diz respeito ao ensino superior no estrangeiro, o Governo propõe-se continuar a analisar os resultados académicos e a qualidade de vida dos estudantes no exterior, a par da forma como os seus estudos são organizados e financiados, a fim de se definirem e negociarem novos acordos com universidades de acolhimento e otimizar as relações custo/eficácia⁵.

⁵ Programa do Governo, 2006-2010

Capítulo V – Conclusões e Recomendações

O processo de instalação da Universidade Pública de Cabo Verde (UPCV) já se arrasta há muito, tendo em conta que em 2000, todo o quadro legal e regulamentar havia sido criado, faltando apenas a Comissão Instaladora, a qual só veio a ser operacionalizada em 2004.

Não se conhece ainda o **Plano Estratégico da Uni-CV**, com uma indicação clara da sua missão, objectivos, metas, indicadores de desempenho, cronograma, orçamento e mecanismos de financiamento, por forma a que se possa emitir uma opinião objectiva da adequação das estratégias apontadas em relação aos grandes desafios do momento.

Os tipos, níveis e conteúdos curriculares dos cursos a serem ministrados, os perfis do corpo docente, as parcerias com universidades estrangeiras, etc. estão em fase de desenvolvimento e, espera-se que venham de encontro às necessidades actuais de Cabo Verde.

Resposta claras à integração do ISE, ISECMAR e CFA, por exemplo, na Uni-CV, enquanto experiências testadas de Ensino Superior público, assim como os custos de investimento e de funcionamento da Uni-CV continuam por ser dadas.

Algumas recomendações que de acordo com o trabalho realizado consideramos pertinentes para o desenvolvimento do Ensino Superior em Cabo Verde:

1. Incentivar esforços de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de ciência e tecnologia, à criação e à divulgação da cultura e, desse modo, à compreensão e melhor utilização pelo homem do meio em que vive;
2. Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho global, visando a participação plena no desenvolvimento económico, social e cultural de Cabo-Verde, em particular do mundo em geral.

3. Desenvolver o alargamento das universidades à participação da população, de modo a divulgar as conquistas e os benefícios provenientes da pesquisa científica, cultural e tecnológica gerada nas instituições.

4. Estabelecer parcerias entre IES, sistemas de ensino e instituições de Ciência e Tecnologia, dentro e fora do país, de forma a incrementar o desenvolvimento nas áreas científico, social, cultural e económica, através de projectos de pesquisa, de extensão e de abrangência social.

5. Assegurar a flexibilidade e a diversidade dos programas de estudo nas mais diversas áreas do saber, atendendo demandas locais, regionais e estaduais, tanto económicas quanto sociais.

6. Estimular o desenvolvimento e a consolidação de cursos de pós-graduação nas IES, visando à formação cada vez mais qualificada de profissionais e de docentes nas diversas áreas.

7. Aumentar a oferta de vagas em IES, principalmente em regiões onde há carência de profissionais habilitados.

8. Implantar políticas de modernização de laboratórios, equipamentos e bibliotecas, bem como promover o aumento do acervo bibliográfico, para atender os padrões de qualidade exigidos pelos contextos locais e globais.

9. Ampliar o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica, em colaboração com as empresas públicas e privadas, de forma aumentar, em dez anos, os recursos actualmente destinados a essa finalidade.

10. Estimular a inclusão de representantes da sociedade civil organizada nos Conselhos das IES público.

11. Estimular as instituições de educação superior a identificar, nos níveis de ensino inferior, estudantes com altas habilidades intelectuais, nos estratos de rendimento mais baixo, com vistas a oferecer bolsas de apoio ao prosseguimento dos estudos.

12. Estimular a adopção, pelas instituições públicas e privados, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes que demonstrem bom desempenho académico;
 13. Assegurar que todos os cursos de graduação tenham no seu núcleo comum disciplina didáctica – pedagógica, além das partes específicas;
 14. Desenvolver centros de desenvolvimento empresariais numa perspectiva de preparar jovens para o auto-emprego, no fim da formação;
 15. Estabelecer acordo de parceria com empresas, visando a ministrar acções de formação e de reciclagem, de curta duração, viradas para as necessidades específicas dessas empresas;
 16. Desenvolver programas de intercâmbio de estudantes e corpos docentes com universidades estrangeiras;
 17. Ministrar cursos à distância, para filhos de cabo-verdianos residentes em países de difícil acesso ao Ensino Superior (São Tomé, Guiné-Bissau, Moçambique, por exemplo);
-

Bibliografia

Documentação Variada Da Direcção Geral Do Ensino Superior E Ciência do MEES, Praia.

Guia De Estudantes 2003 – 2004, Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar, 2003-2004.

KÜNKEL, klaus, **Pedagogia na Universidade de Lisboa**, – Edição. Universidade técnica de Lisboa. ISEF 1100 Lisboa. Portugal.

Legislação No Âmbito Do Ensino Superior.

Programa, do Governo Legislatura (2006-2011).

Recenseamento Geral de População e habitação, Instituto Nacional de Estatística, Ano 2000.

TOLENTINO, Corsino (2003). Universidade de Cabo Verde: Subsídios para um Programa de capacitação das Instituições de Educação Superior e Instalação da Uni-CV. PCI 2003 – 2007. Relatório da 1ª missão de avaliação realizada entre 10 e 29 de Abril de 2003. (VERSÃO 1),

Url: <http://168.96.200.17/ar/libros/torres/germano.pdf>. consultado em Abril de 2006

Url: http://www.pmelink.pt/pmelink_public/EC/, em 20 de Maio de 2006

Url: www.cniunicv.cv, consultado em Agosto de 2005.

Url: www.ine.cv, consultado em Maio de 2006.

Url: www.isecmar.cv. consultado em Maio de 2006.

Url: www.minedu.cv, consultado em Agosto de 2005.

Waldery Júnior E Monteiro, Giovani Melo (1999), **Padrão de Financiamento das Empresas**. Privadas no Brasil. Rodrigues,

ANEXOS

Anexo I – Informações sobre as IES públicos em Cabo Verde

Nº	Nome	Campos		Fundação	Cursos	Nível	Cumul. No People Trained	Endereço
		Praia	S.Vicente					
1	ISCEE	X	X	1992	Contabilidade Gestão Global Gestão	BA/LIC Mestrados BA		Rua 5 de Julho, Praia P.O.Box 131 Tel.: 261-3661 Sofia Figueiredo, Coordinator
2	ISE	X	X	1995	Físico-Química Ciências Naturais Estudos Franceses Estudos Ingleses Estudos Caboverdianos e Portugueses Filosofia Matemática Biologia Geologia História Geografia Informática Gestão e Planeamento da Educação História Contemporânea	Bacharelato Bacharelato Licenciatura Licenciatura Licenciatura Licenciatura Licenciatura Licenciatura Licenciatura Licenciatura Licenciatura Licenciatura Licenciatura Licenciatura Mestrado		P.O.Box 369 Palmarejo Tel: 262-91-12 Fax: 262-66-55 Paulino Fortes, President
3	INIDA / CFA	X		1992	Bs Agroecconomia Bs Agroflorestal Bs Prod. Vegetal	Bacharel Bacharel Bacharel	1237	Ilha Santiago São Jorge dos Órgãos 30 km da Cidade da Praia Tel.: 262-11-83 Fax: 262-16-47 Antonieta Lopes, President
					Ciências Nauticas	Licenciatura		

O Futuro do Ensino Superior Público em Cabo Verde
 “Prioridades de Custo e Financiamento”

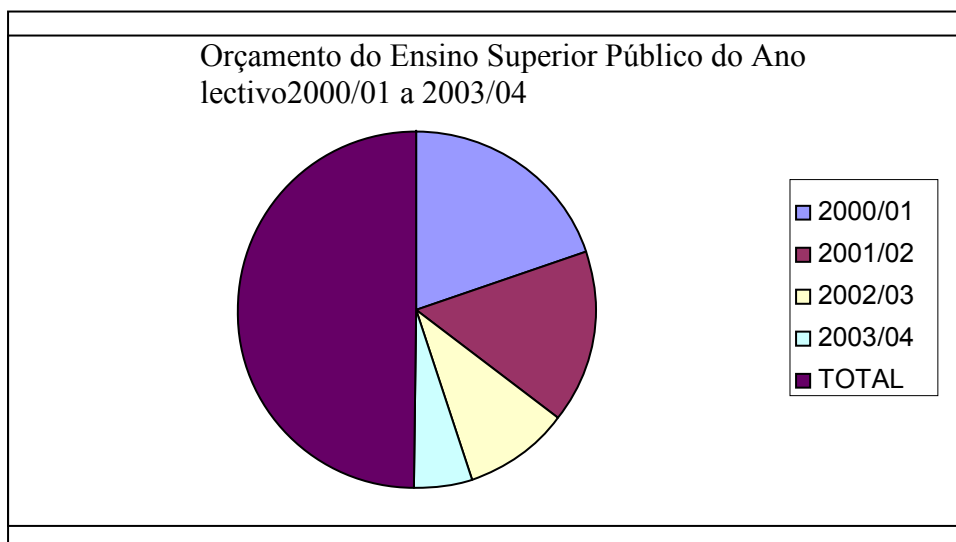
4	ISECMAR		X	1984	Engenharia Informática e Automação Engenharia Electrica e Electronica Engenharia de Telecomunicações Engenharia Civil Engenharia Mecânica Engenharia Naval Matemática Aplicada Biologia Marinha Planeamento e Administração dos transportes Marítimos	Bacharel Bacharel Bacharel Bacharel Bacharel Bacharel Bacharel Bacharel Bacharel		P.O. Box 163 Ribeira de Julião, Mindelo, S.Vicnete Tel.: 232-32-62 Fax: 232-65-63 isecmarcv@cvtelecom.cv www.isecmar.cv Eduardo Fortes, President
---	---------	--	---	------	---	--	--	--

Anexo II**Orçamento do Ensino Superior Público do ano lectivo 2000/01 a 2003/04**

Quadro:

Ano	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	TOTAL
Orçamento Do E. SUP.	1.113.768.803	862.951.821	538.186.723	286.474.708	2.801.382.056

Gráfico:



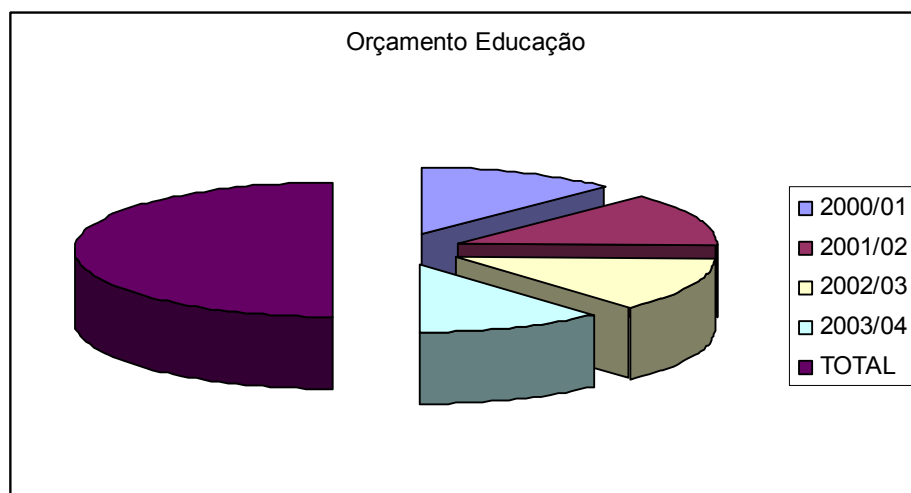
Anexo III

Percentagem do Ensino Superior Público em relação ao orçamento da Educação

Quadro:

Ano	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	TOTAL
Orçamento Educação	5.375.929.421	5.579.710.617	5.402.193.546	5.044.512.716	21.402.346.301
O. Ensino Superior	1.113.768.803	862.951.821	538.186.723	286.474.708	2.801.382.056
% Do Ensino Superior	20,70%	15,50%	10,00%	5,70%	13,10%

Gráfico: Percentagem do Ensino Superior Público em relação ao orçamento da Educação



Anexo IV – Eixos de intervenção

1. Um programa de capacitação que permitirá transformar IES em unidades integradas e instalar a Uni-CV será definido em torno dos seguintes eixos:

- I. Formação de pessoal docente
- II. Reabilitação de infra-estruturas físicas
- III. Complemento de equipamentos: bibliotecas, laboratórios e informática
- IV. Desenvolvimento institucional: auto-avaliação, reorganização e regulação
- V. Formação de pessoal não docente e para a gestão universitária
- VI. Formação técnica e criação de infra-estrutura para o ensino a distância
- VII. Revisão das políticas de financiamento da educação superior
- VIII. Cooperação internacional para o ensino superior, ciência e tecnologia
- IX. Coordenação interna e externa.

2. Cada eixo de intervenção será desagregado em projectos ou acções, com dimensão e custos dependentes do pessoal docente e não docente projectado, em função do número de turmas e alunos previstos para cada curso e unidade integrada, esta resultante de uma ou mais IES.

3.As unidades integradas da universidade pública de Cabo Verde serão institutos ou escolas superiores nacionais podendo exercer a sua actividade em qualquer ponto do País onde for necessário, uma vez salvaguardados os critérios de pertinência social, eficiência económica, qualidade e complementaridade entre estabelecimentos. Estes critérios serão igualmente aplicáveis às IES públicas e privadas.

4.A definição da universidade terá obrigatoriamente em conta a dispersão territorial, as potencialidades do ensino a distância, a necessidade vital de identificar áreas de formação e pesquisa em que Cabo Verde possa ter vantagens comparativas e a universidade ser competitiva e altamente atractiva.

5.A vontade política de instituir a universidade de Cabo Verde vem expressa na Constituição da República, nas Grandes Opções do Plano, no Programa do Governo e, mais recentemente no Fórum para transformar Cabo Verde e ainda na recente Reunião de Consulta aos Parceiros do Desenvolvimento (Mesa Redonda). Esta determinação de provocar um salto qualitativo do subsistema de ensino superior, incluindo, sem qualquer equívoco, as valências docência, investigação, serviço à comunidade e interacção programada com comunidades cabo-verdianas no estrangeiro, será sempre apresentada com exigência de pertinência social, qualidade e sustentabilidade. O lugar que for atribuído ao subsistema do ensino superior, público e privado, no próximo plano estratégico de Educação fará a grande diferença.⁶

⁶Universidade de Cabo Verde: Subsídios para um Programa de capacitação da IES e Instalação da UNI – CV. PCI 2003 – 2007 (Versão 1).

Anexo V – Pessoas e Instituições Contactadas

Nº	Pessoas	Cargo	Instituição	Telefone	Fax	E-mail/site
1	Benvindo Rodrigues	Gestor Executivo	SIDEL, Consulting, Lda	261-63-34	261-63-34	chabote@global.t-bird.edu
2	Nuno Costa	Assistente da Secretaria	ISCEE	232-40-34	232-31-07	iscee@cvtelecom.cv
3	Francisco Silva	Coordenador Pedagógico	CFA/INIDA	271-11-65		
4	Sónia Monteiro	Gestora	CFA/INIDA	271-11-65		
5	Salvador Leal Moniz	Responsável financeiro	ISE	262-91-12		Sallmoniz@yahoo.com.br
6	Daniel Lopes	Director Pedagógico	ISECMAR	232-11-69		daniellopes@isecmar.cv
7	//		ISCEE	232-31-07		iscee@cvtelecom.cv
8	//		ISECMAR	232-11-69		www.isecmar.cv
9	//		INE	260-34-10	261-38-27	
10	//		DGESC			

O Futuro do Ensino Superior Público em Cabo Verde

“Prioridades de Custo e Financiamento”